

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DUARTE

**PERSPECTIVAS SOBRE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS: Um olhar sobre a aplicação e desenvolvimento da Lei
10.639/2003 no Ensino Médio**

CARUARU

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DUARTE

**PERSPECTIVAS SOBRE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS: Um olhar sobre a aplicação e desenvolvimento da Lei
10.639/2003 no Ensino Médio**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (CAA), para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Allene Carvalho Lage

CARUARU

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier CRB/4 - 1242

D812p Duarte, Maria de Fátima Rodrigues.
Perspectivas sobre educação e relações étnico-raciais: um olhar sobre a aplicação e desenvolvimento da Lei 10.693/2003 no ensino médio. / Maria de Fátima Rodrigues Duarte. – 2016.
58f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Allene Carvalho Lage
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Pedagogia, 2016.
Inclui Referências.

1. Educação. 2. Relações étnicas 3. Relações raciais. 4. Racismo. I. Lage, Allene Carvalho (Orientadora). II. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2016-151)

Dedico este trabalho aos meus pais Antonio Roberto e Marinalva Ana que sempre estiveram ao meu lado nesta caminhada, dando-me força e estímulo. Exemplos de dedicação e perseverança.

AGRADECIMENTOS

A Deus agradeço pela força, fé, saúde e a graça de ter iniciado e por está concluindo a graduação.

A Universidade Federal de Pernambuco, especialmente ao Centro Acadêmico do Agreste pelo acolhimento e a possibilidade da realização do curso de Pedagogia.

Aos docentes do curso pelos ensinamentos, apoio pedagógico, conhecimentos e experiências compartilhadas.

A professora orientadora Allene Carvalho Lage pelas orientações e parceria na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina pela oportunidade de adquirir conhecimentos e vivenciar experiências significativas para a formação pessoal e acadêmica.

Aos colegas do curso pela convivência diária, união e o compromisso nas diversas atividades realizadas, pelos momentos de estudo e de confraternização, pelas superações e conquistas.

Aos amigos pelo companheirismo, carinho, motivação, paciência e solidariedade um com o outro.

Aos meus pais Antonio Roberto e Marinalva Ana e meu irmão Tiago Luís pelo amor, carinho, estímulo, comprometimento, dedicação e paciência, transmitindo em cada gesto e olhar a força e a perseverança indispensável ao decorrer dessa trajetória.

Aos meus avós e os demais familiares que contribuíram dando apoio e incentivo, em especial a Socorro Duarte pelo acolhimento, apoio e amizade.

A todos aqueles que direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado”.

Paulo Freire, Pedagogia da autonomia

RESUMO

Esta obra consiste no Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido através de uma pesquisa de campo com base no método do caso alargado. O lócus da pesquisa foi uma Escola de Referência no município de Altinho/PE, onde buscamos compreender como a escola pública tem trabalhado pedagogicamente, no Ensino Médio, a questão das relações étnico-raciais com base na Lei 10.639/03. Tendo em vista a importância de contemplar a História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares da educação básica. Fundamentamos a discussão teórica a partir de Quijano (2005), Gomes (2005, 2006), Munanga (2005, 2006), Santos (1984), Brasil (2004, 2006) e Rocha (2009). Para coleta de dados utilizamos a observação participante, aplicação de questionário, além da análise da Matriz Curricular da escola. Destacamos que a escola quanto espaço de formação do sujeito precisa abordar temáticas que dialoguem e reflitam sobre determinadas questões como as relações étnico-raciais e o racismo, um elemento presente nos contextos sociais. Desse modo, é necessário um trabalho pedagógico que contemple de maneira igualitária essa pluralidade de conhecimentos advindos desses sujeitos e que contribua para a construção da identidade étnica e cultural dos estudantes. Por isso, ao decorrer do trabalho elencamos os principais fundamentos do debate da educação das relações étnico-raciais, que podem ser trabalhados na sala de aula, como também sistematizamos as principais percepções dos estudantes do Ensino Médio sobre a questão do racismo, além de identificar as principais percepções dos professores sobre a Lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico que pode ser realizado decorrente dessa lei.

Palavras-chaves: Educação, Relações Étnico-Raciais, Lei 10.639/03, Racismo.

ABSTRACT

This work is the work of Course, developed through a field research based on the extended case method. The locus of the research was a Reference School in the city of Altinho / PE, where we seek to understand how the public school has worked pedagogically, in high school, the issue of ethnic and racial relations based on Law 10.639 / 03. Given the importance of including the History and Afro-Brazilian culture and African in school curricula of basic education. We base the theoretical discussion from Quijano (2005), Gomes (2005, 2006), Munanga (2005, 2006), Santos (1984), Brazil (2004, 2006) and Rocha (2009). For data collection we used participant observation, questionnaire, in addition to the Matrix Curriculum school analysis. We emphasize that the school and training area of the subject needs to address issues that communicate and reflect on certain issues such as ethnic and race relations and racism, an element present in social contexts. Thus, a pedagogical work covering equitably this plurality of knowledge arising from these subjects and to contribute to the construction of ethnic and cultural identity of the students is required. Therefore, in the course of work we list the main foundations of the debate education of ethnic-racial relations, which can be worked in the classroom, but also systematized the main perceptions of high school students on the issue of racism, and identify the main perceptions of the teachers of the law 10.639 / 03 and the pedagogical work that can be done arising from this law.

Keywords: Education, Ethnic and Race Relations, Law 10.639 / 03, Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 Educação das Relações Étnico-Raciais	15
1.2 Escola e racismo	17
1.3 A lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico	18
1.4 Ensino Médio	21
1.5 Marco Legal	23
2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	25
2.1 Tipo do estudo	25
2.2 Método de pesquisa	25
2.3 Delimitação e local da pesquisa	26
2.4 Fontes de pesquisa	26
2.5 Técnicas de coletas	27
2.6 Registros do Campo	27
2.7 A análise e sistematização dos dados	28
3 O CASO DA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DE ALTINHO /PE	29
3.1 Educação das Relações Étnico-Raciais	29
3.2 Escola e racismo	31
3.3 A lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico	33
3.4 Ensino Médio	35
4 ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	38
4.1 Educação das Relações Étnico-Raciais	41
4.2 Escola e racismo	43
4.3 A lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico	44
4.4 Ensino Médio	47
4.5 Tabela com resultados coletados do questionário dos estudantes sobre o racismo	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	54

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual nos permitiu nos aprofundar sobre um objeto de pesquisa que mais nos aproximamos ou nos identificamos no decorrer da graduação. E que ao mesmo tempo nos indaga, levando-nos a uma reflexão sobre esse objeto em meio a um contexto educacional, sociocultural e histórico. Remetendo-nos a busca da compreensão e resolução de um problema a partir de um determinado tema em questão, neste caso, as relações étnico-raciais.

O interesse e o estímulo pelo estudo mais aprofundado sobre o referido tema relações étnico-raciais surgiu desde algumas inquietações iniciais no decorrer da trajetória acadêmica, em algumas leituras e discussões realizadas em sala de aula com os demais colegas e a possibilidade de estar em alguns espaços sociais e educativos como a escola. Para além desses momentos, a participação no projeto de pesquisa e extensão “Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina”. Como também, a oportunidade de cursar a disciplina eletiva “Racismo e Educação para as Relações Étnico-Raciais”, que contribuiu ainda mais para aumentar o desejo de estudar e aprofundar meus conhecimentos sobre esta temática. Assim, as leituras realizadas sobre o referido tema foram de suma importância para a escolha deste em meio à diversidade de temáticas que a grande área “Educação” abrange.

Dentre as leituras realizadas por meio do estado da arte, em especial, no site da (Anped) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação especificamente no GT21 – Educação e Relações Étnico-Raciais. Destacamos alguns elementos encontrados nas produções dos últimos dois anos da Anped, fundamentadas, em sua maioria, em resultados de pesquisas feitas, nas quais apontam um panorama sobre as relações étnico-raciais na educação brasileira. Assim, as referidas pesquisas apontam avanços e retrocessos mediante alguns dados evidenciados, como por exemplo: levar essa discussão para a escola e de fato vivenciar um ensino dentro de uma perspectiva de igualdade de acesso ao conhecimento independente do grupo étnico-racial, é algo ainda complexo em nosso processo de ensino. Embora tenhamos a Lei Federal nº 10.639/2003 que obriga o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial da Educação Básica, a existência dessa não garante a efetivação na prática pedagógica das escolas. Pois, encontramos espaços educativos que apresentam resistência em trabalhar com os conteúdos de acordo com a Lei, esses, em alguns casos, são claramente vistos de maneira preconceituosa, discriminatória e racista como, por exemplo, trabalhar em sala de aula as religiões de matriz africana. Por isso, alguns desses estudos encontrados na Anped, discutem as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas

a partir do reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultural, destacando a importância do processo de formação inicial e continuada dos professores que estão atuando nas salas de aula dessas instituições educacionais.

Essas produções ainda ressaltam que na escola, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, apenas a garantia de acesso não é suficiente, se faz necessário elementos que garantam a permanência do sujeito. E isso implica como essas instituições estão preparadas para acolher esses diversos grupos étnico-raciais, como os professores estão lidando, por exemplo, na Educação Infantil com as crianças de cabelos crespos. Destacam também que o Ensino Médio, na maioria dos casos, é tido como limitador do acesso ao Ensino Superior, principalmente para os jovens negros. Essa situação é resultado da negação e da invisibilidade das identidades desses sujeitos por meio da branquitude dos currículos e dos livros didáticos. E que as cotas raciais e as políticas de afirmação existentes são uma conquista, porém, não garantem a conclusão nas graduações e demais níveis de ensino.

Assim, destacamos a relevância constante de discutir, dialogar, questionar e ampliar as concepções sobre a educação para as relações étnico-raciais em nossa formação enquanto futuros pedagogos¹, profissionais e sujeitos sociais formadores de outros sujeitos. Pois, as relações étnico-raciais são algo vivo e presente nos ambientes sociais, inclusive nas escolas envolvendo sujeitos que compartilham seu tempo educacional, seus saberes e conhecimentos e, conseqüentemente, se relacionam e atuam juntos nesses lugares, diariamente. E por isso estudar essas relações torna-se fundamental na formação daquele sujeito que já está ou irá estar nos espaços educacionais e necessita conhecer sobre o que isso significa, como isto está entrelaçado com a educação, com a realidade de nossas escolas, quais as implicações, enfim inúmeras indagações que abarcam este contexto e que necessitam de respostas.

Ressaltamos ainda que educar para as relações étnico-raciais implica também refletir sobre a maneira como a escola e a sociedade estão lidando com as questões nas quais se referem à diversidade étnico-racial do nosso país, para que possamos intervir nesse cenário multicultural. Assim,

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo, ela também é um importante local onde estas podem ser superadas (GOMES, 2003, p. 77).

¹ Apesar da escrita predominantemente masculina, consideramos a variação de gênero.

Possibilitando dessa maneira o exercício do reconhecimento, respeito e da valorização das diferenças existentes em meio aos diversos grupos étnico-raciais que compõem nosso meio social. Grupos esses que lutam contra a desigualdade racial que sofrem os problemas que essa acende, inibindo a própria atuação desses sujeitos no meio ao qual estão inseridos. Pois, vivemos em uma sociedade pautada na divisão hierárquica de classes sociais, fundamentadas em conceitos divisórios a partir da origem étnico-racial do indivíduo. Assim, os grupos étnicos considerados inferiores, como os negros, são vítimas principalmente da invisibilidade social, que é evidentemente reproduzida pela sociedade quanto à negação desses povos como atores sociais e culturais importantes na história da nossa formação étnica, cultural e social.

Deste modo, a escola enquanto lugar de produção do conhecimento, tem uma função primordial na construção de uma imagem não negativa e estereotipada, que, ao longo dos anos, foi sendo refletida pelo meio social com relação a esse grupo e, respectivamente as suas raízes culturais, sendo considerados inferiores e à margem do racismo, discriminação e preconceito. Contribuindo assim, de maneira significativa, para a desnaturalização da inferiorização desse grupo, reproduzida historicamente pela sociedade.

Mediante a esse contexto social e educacional e do panorama apresentado através das pesquisas desenvolvidas e apontado pelo estado da arte realizado, percebemos que a discussão sobre das relações étnico-racial na educação, em especial no Ensino Médio, exibem certa carência ao se referir sobre a temática das relações étnico-raciais no trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores nas escolas. Assim, pensamos em desenvolver uma pesquisa que contribuísse ainda mais com a discussão sobre esta temática, na já mencionada etapa de ensino da educação básica brasileira. Por isso, temos como questão problema: **Como a escola pública tem trabalhado pedagogicamente, no Ensino Médio, a questão das relações étnico-raciais com base na Lei 10.639/03²?**

E para tanto temos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Compreender como a escola pública tem trabalhado pedagogicamente, no Ensino Médio, a questão das relações étnico-raciais com base na Lei 10.639/03.

² A Lei Federal de nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial da Educação Básica.

Objetivos específicos:

1 – Elencar os principais fundamentos do debate da educação das relações étnico-raciais, que podem ser trabalhados na sala de aula;

2 – Sistematizar as principais percepções dos estudantes do Ensino Médio sobre a questão do racismo;

3 – Identificar as principais percepções dos professores sobre a Lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico que pode ser realizado decorrente dessa lei.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre a Educação das Relações Étnico-raciais é permeada por uma diversidade de termos e conceitos que possibilitam uma compreensão dessas relações ao decorrer do processo histórico, social e cultural da sociedade, bem como no contexto atual vivenciado, especialmente na escola. Nesse momento, realizamos uma breve discussão com alguns conceitos de referidos autores a partir de nossas temáticas de estudo que são ressaltadas no decorrer do texto. Para tratarmos da primeira temática educação das relações étnico-raciais nos apoiamos em Quijano (2005), Gomes (2005, 2006) e Munanga (2006), para abordamos sobre escola e racismo utilizamos Santos (1984), Gomes (2005) e Munanga (2005), ao tratarmos sobre a Lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico dialogamos com Brasil (2004) e Rocha (2009) e por fim para falamos sobre o Ensino Médio abordamos Brasil (2006) e Munanga (2005).

1.1 Educação das Relações Étnico-Raciais

Em um contexto de lutas e conquistas dos movimentos sociais, principalmente o Movimento Negro, vem cada vez mais crescendo a discussão sobre a educação para as relações étnico-raciais. Discussão essa que apresenta como proposta a desnaturalização dos conceitos e relações construídas sobre o outro, a partir de uma visão inferiorizada e estereotipada imposta por grupos étnicos superiores. Pois, vivemos em uma sociedade caracterizada e historicamente marcada pelas diferenças raciais, étnicas, culturais, sociais, entre outros elementos utilizados para classificar os sujeitos em classes inferiores e superiores. E, na busca pelo reconhecimento e valorização de suas raízes históricas e culturais, pelas tensas relações de diferenças étnicas, esses povos considerados inferiores objetivam uma visibilidade pautada na igualdade entre os sujeitos que compõe nossa sociedade tão plural.

Para compreendemos essa discussão é necessário nos situamos historicamente a partir de algumas concepções sobre os termos “raça” e “etnia”. Esses dentro dos princípios e conceitos que constituem os estudos sobre as relações étnico-raciais. E, para tanto, nos afiliamos inicialmente os estudos pós-coloniais a partir das concepções abordadas por Quijano (2005) para uma melhor compreensão da temática em destaque. Assim, o autor, em seus escritos, ressalta que a classificação dos sujeitos em classes sociais determinadas pela raça pertencente é resultado de um processo de colonização que resiste até os dias atuais. Mesmo tendo superado o período colonial, nossa sociedade ainda está extremamente marcada pelas heranças coloniais e pela visão eurocêntrica que permeia as relações de poder entre os grupos

étnicos. O termo raça, segundo Quijano (2005), foi utilizado para determinar as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. Assim, em nosso continente a ideia de raça consistiu-se na maneira pela qual os colonizadores usufruíram dessa para legitimar as relações de dominação e superioridade sobre as classes inferiores, como os índios e os negros.

Porém, a utilização desse conceito sobre o termo raça, considerado como algo natural, pautado na ideia da existência de raças superiores e inferiores, tem gerado debates, pois esse tende a contribuir para a desigualdade e a segregação racial. Nessa direção os Movimentos Negros e demais grupos políticos que se encontram engajados nas lutas e militâncias em defesa dos direitos humanos e sociais, defendem um conceito de raça contrário a esse posto pelo processo de colonização e defendido pelas ciências naturais. E, desse modo, utilizam o termo com uma nova interpretação pautado nas dimensões políticas e sociais. De acordo com Gomes (2005, p. 45), na qual convergem neste aspecto com os estudos pós-colonial, destacamos que:

Usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes as mesmas (p.45).

Mediante a esse contexto propõe-se o uso do termo etnia para se referir aos negros, considerando não a definição biológica, mas os elementos históricos e culturais que caracterizam determinados grupos uns dos outros. Como afirmam Gomes e Munanga (2006)

[...] o uso do termo “etnia” ganhou força para se identificar a diversidade dos povos índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que esses grupos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais, mas, sim, por processos históricos culturais (2006, p. 177).

Assim, a junção de ambos os termos raça e etnia em étnico-racial, resultando na definição não mais de raças e sim de grupos étnico-raciais. Essa é uma maneira de eliminar as práticas racistas que penduram até os dias atuais, além de considerar a diversidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros em nosso país. Porém, a mudança de termo não erradica as práticas racistas no cotidiano desses grupos, ou seja, a hierarquização e a disparidade entre brancos e pretos é algo presente no dia a dia desses sujeitos. Sendo assim, infelizmente ainda vivemos em uma sociedade extremamente preconceituosa e racista.

Nossa sociedade é denominada por aquela que historicamente discrimina o outro por meio de diversos elementos como pela sua cor, pelas suas características fenotípicas ou por ser um sujeito pertencente a um grupo étnico-racial considerado inferior. Classificações essas fundamentadas em padrões sociais que infelizmente regem nossa sociedade classificando-a em grupos dominantes e subalternos. Ainda é muito forte a presença do preconceito e da discriminação racial em nosso meio social, inclusive no espaço escolar. Entendemos por preconceito, a partir de Gomes, como “um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo” (2005, p. 54). A perpetuação do preconceito racial em nosso país revela a existência de um sistema sociocultural baseado em fundamentos racistas que possui mecanismos para operar as desigualdades raciais em nosso meio racial, reafirmando assim, a superioridade e a inferioridade entre os grupos étnico-raciais. Essa visão negativa e estereotipada desses grupos constituídos por sujeitos, como o próprio negro, marcados pela história de inferiorização de sua cultura, também sofrem com a discriminação racial através da efetivação da prática racista e do preconceito.

1.2 Escola e racismo

O racismo é fruto do processo histórico de desigualdades entre os diversos grupos étnico-raciais que constituem a sociedade, distinguidos entre superiores e inferiores. Como afirma Santos (1984, p.11) “o racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros [...]”. Assim, nessa forma de imposição de concepções que concretizam as práticas e que caracterizam o racismo, e, conseqüentemente, a intolerância com relação as diferenças que o outro apresenta, o não respeito a pluralidade dos povos, ainda nos dias atuais presenciamos evidentemente a existência do racismo em nosso meio social, inclusive na escola.

As práticas racistas geram ações e conseqüências graves ao sujeito, o qual é vítima dessas práticas. Segundo Gomes (2005) o racismo manifesta-se através de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros, esses atos podem violentar ou agredir o sujeito de maneira verbal ou física. Como também, podem gerar danos psicológicos, materiais ou até mesmo profissionais, a depender da situação ou gravidade da ação racista sofrida. Apesar de o racismo ser considerado perante a lei nacional um crime, ainda é um elemento fortemente presente em nosso meio social. Atualmente as práticas racistas estão sendo camufladas pela mídia e pelos principais meios de informação e comunicação, como as

redes sociais. E, para tanto, esses estão cada vez mais atuantes entre os educandos no meio escolar, seja o universo das redes sociais seja as práticas racistas. Por isso a importância do papel da escola enquanto espaço de formação social e pessoal do sujeito, dialogar sobre esses assuntos de maneira aberta ajuda a conscientizar sobre o cuidado com o uso desses veículos de comunicação e midiáticos.

A escola enquanto parte integrante da sociedade, e instituição responsável pela formação educacional e social do sujeito, tem papel fundamental o combate ao racismo. Pois, apesar de também ser permeada por essas práticas, não pode resolver sozinha esse problema historicamente enraizado em nossa sociedade, mas pode contribuir de maneira significativa, intervindo positivamente através do processo de escolarização e formação do educando, pois,

a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p. 17)

Mas, essa escola também se constitui como reprodutora das diferenças quando não considera a diversidade étnico-racial e nega a existência das diferenças entre esses grupos culturais e sociais, dentre eles os negros. Os quais tem o direito assim como os demais povos ao reconhecimento e a valorização de sua história e suas raízes culturais. Então, para que essas instituições de ensino desempenhem o seu papel de educar, é necessário que se constituam e se materializem em espaços democráticos de produção e divulgação de conhecimentos, além de posturas que visem construir a uma sociedade justa e igualitária.

É necessário ter consciência de que a história da política educacional de nosso país, e de seus graves problemas de qualidade, é marcada profundamente pelo racismo. Prática entendida de maneira ampla pela negação do outro, pelo não reconhecimento da condição de seres humanos àquelas considerados diferentes em decorrência de determinadas características físicas ou heranças culturais.

1.3 A Lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico

Como conquista das reivindicações do Movimento Negro e demais grupos militantes da sociedade civil em geral, na luta pelo reconhecimento, valorização e afirmação de políticas e direitos dos povos negros e por uma educação democrática e emancipatória, foi aprovada em março de 2003 em nosso país a Lei Federal nº 10.639/2003. A referida lei sancionada no Governo Lula (2003-2011) estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-

brasileira e Africana no currículo oficial da Educação Básica. Ressaltemos também a existência da Lei nº 11. 645/2008 sancionada em março de 2008, a qual altera a Lei nº 10.639/2003 tornando-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Porém, destacamos que neste referido trabalho optaremos em utilizar apenas a Lei nº 10.639/2003.

Porém, apenas a existência da referida lei não garante que essa chegue realmente aos espaços educacionais de nosso país. Além do reconhecimento quanto a lei em vigor nos parâmetros legais se faz necessária a materialização desta na prática, seja ela pedagógica ou docente, de nossas instituições educacionais. Infelizmente, ainda presenciamos uma forte resistência desses ambientes em implementar o conteúdo abordado por essa em suas práticas desenvolvidas. Um dos motivos da resistência à implementação da lei, pode se referir à ausência de formação específica para os professores, principalmente aqueles que se encontram há mais tempo no exercício e não foram contemplados com esses assuntos em sua formação inicial. É importante ressaltar a necessidade de formações continuadas que tratem dessas temáticas e demais assuntos atuais, para que possam contribuir com a prática pedagógica desses educadores. Como também, tornando esses profissionais cientes de determinados conteúdos que passam ser obrigatórios nos currículos escolares a partir da sanção da lei.

Em algumas escolas a temática das Relações Étnico-Raciais não é considerada conteúdo curricular, mas um assunto extra disciplinar, vivenciado uma vez a cada ano letivo em datas comemorativas como o “Dia da Consciência Negra”, entre outras. E, com relação a Lei 10.639/03, apresentam conhecimento sobre a existência dessa, mas, na maioria dos casos, não incluem a História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos conteúdos disciplinares. Permanecem negando o conhecimento àqueles que o tem por direito. As escolas se recusam a vivenciar esses conhecimentos em sala de aula por receio ou simplesmente medo de lidar com determinados assuntos ou tabus que geram discussões, incomodam e confrontam conhecimentos historicamente construídos pela própria sociedade.

Por isso, destacamos que apenas existência da Lei 10.639/2003 não garante o cumprimento dessa na prática pedagógica. Em sua obra “Pedagogia a Diferença” a autora Rosa Margarida de Carvalho Rocha aponta-nos algumas questões com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido no cotidiano escolar com base na referida lei. A autora afirma que:

Mesmo que tais organizações da sociedade civil tenham patrocinado um avanço em alguns pontos sobre a questão, ainda tem-se muito a fazer,

principalmente no cotidiano do espaço escolar. É urgente diminuir a distância que ainda existe entre as postulações dos documentos pedagógicos e legais sobre o tema e o fazer pedagógico diário (ROCHA, 2009, p. 10).

A autora continua a discussão ressaltando sobre algumas fases que as escolas se encontram diante da discussão étnico-racial e a História e Cultural Afro-brasileira e Africana, em seu bojo pedagógico. Dentre as fases identificadas, destaca a fase da invisibilidade, onde esses conhecimentos são invisíveis no espaço escolar, e, assim, não são discutidos ou dialogados em sala de aula. A outra fase é a da negação, onde a escola reconhece a existência desses elementos, mas se nega a trabalhar com esses no recinto educacional. E, ainda, têm-se a fase do reconhecimento, nessa a escola reconhecer a necessidade de se discutir esses conteúdos em sala de aula, dando os primeiros passos para introduzir em seu currículo a questão racial pedagogicamente. E, por fim, a fase do avanço, onde todas as escolas deveriam se encontrar atualmente. Nessa

a escola que procura avançar quanto ao trato pedagógico da questão racial primeiramente repensa o papel que deve desempenhar como agente de transformação em uma sociedade. Procura visualizar com dignidade, os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira; usa a cultura de todos eles como instrumento pedagógico na construção do conhecimento; trabalha a autoestima e o orgulho ao pertencimento étnico-racial de seus(as) estudantes (ROCHA, 2009, p. 14).

Uma das preocupações das escolas é como incorporar esses assuntos em seu trabalho educacional e pedagógico, tendo em vista que algumas estão presas aos conteúdos curriculares e aos materiais didáticos e paradidáticos fornecidos pelo sistema educacional de ensino. Apesar da existência da Lei 10.639/03, encontramos elementos não condizentes com o que a mesma propõe em sua estrutura legal. Os conhecimentos escolares em sua maioria transmitidos pelos conteúdos disciplinares são elementos marcantes na construção não apenas pessoal, mas social do educando. Esses contribuem para a formação do sujeito seja ele crítico-reflexivo ou, simplesmente, um reprodutor daquilo que recebe por meio do ensino. Um ensino que, por vezes reproduz concepções negativas e inferiorizadas sobre determinados assuntos, como, por exemplo, a história africana. Por isso,

Os conteúdos disciplinares poderão contribuir para a desconstrução de equívocos e preenchimento das lacunas deixadas pela historiografia oficial quanto a trajetória histórica do povo negro no Brasil, como também quanto aos povos africanos, aos quais nós, brasileiros, estamos ligados pelos laços da história e da ancestralidade. (ROCHA, 2009, p. 24)

Esses conhecimentos continuam sendo reproduzidos pelos currículos educacional e nacional, pelos livros didáticos e materiais paradidáticos, de maneira classicista e hegemônica, ou até mesmo não contemplados nesses, como também nos próprios Projetos

Políticos Pedagógicos de nossas escolas, e quando enfatizados não compartilham a partir de uma visão de reconhecimento e valorização. É evidente que, nessa perspectiva, o não avanço a partir do que a lei propõe e permanece-se em uma concepção de escola elitista, racista, tradicional e com um ensino pautado na desigualdade.

1.4 Ensino Médio

Antes de adentrarmos nas especificidades do ensino médio, é importante situar a Organização do Sistema Educacional Brasileiro. De acordo com o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. ° 9.394/96), a educação escolar compõe-se da educação básica e a educação superior. A educação básica é constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, enquanto a educação superior pelos cursos de graduação e pós-graduação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Ensino Médio é considerado a etapa final de uma educação de caráter geral, coincidente com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas. Tendo como objetivo formar educandos quanto sujeitos produtores de conhecimentos e participantes do mundo do trabalho, além do desenvolvimento desse enquanto pessoa cidadão. Nessa modalidade de ensino, assim como nas demais, preza-se por uma formação baseada na perspectiva educacional, social e cultural do indivíduo.

Considera-se a educação como instrumento decisivo da promoção e do exercício da cidadania plena. Pois, através dela, pode-se contribuir para a construção de um sistema educacional que seja gerador de cidadania, que reconheça os direitos e deveres de maneira igualitária, atenda e respeite as diversidades e peculiaridades da população brasileira em questão, que respeite e observe o repertório cultural da população negra e o relacione com as práticas pedagógicas existentes.

No contexto do Ensino Médio, assim como os demais níveis de ensino apresenta uma pluralidade de sujeitos de grupos étnicos diversificados, porém nesse nível encontramos alguns elementos que precisam ser discutidos e repensados pelas escolas que dispõem dessa modalidade de ensino. Contudo, a aprovação da Lei 10. 639/03 tende a contribuir na construção de novas perspectivas como: no combate as práticas racistas e discriminatórias no cotidiano escolar e social, na valorização da história e da cultura considerada inferior, no reconhecimento e na afirmação da identidade negra e não na negação dessa, pois, nessa fase os jovens encontram-se em construção de sua identidade entre inúmeras ações e atitudes positivas a ser desenvolvidas nesses espaços. Além da diminuição da evasão escolar e o

aumento da elevação desses para o Ensino Superior, bem como na possibilidade de uma melhor condição de vida e qualidade de trabalho no futuro, por meio de uma profissão. Assim, na obra “As Orientação e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais” reafirma-se que

O cotidiano escolar do Ensino Médio como um espaço de fazer coletivo, no qual todos os agentes escolares que integram e fazem o cotidiano escolar se reconheçam e ajam como sujeitos co-responsáveis pela sustentação de uma escola para todas as pessoas, voltada para a igualdade das relações étnico-raciais e o exercício da cidadania plena (BRASIL, 2006, p. 82).

Desse modo, precisamos atentar para o fato de que a juventude que se encontram nas salas de aula do Ensino Médio não se constitui apenas num momento da vida de preparação para a fase adulta, e sim em um tempo social, cultural e de construção de sua identidade. Por isso, a importância de se promover um ambiente no qual as práticas pedagógicas possam ser desenvolvidas e trabalhadas na perspectiva de uma sala de aula multicultural, considerando a diversidade de sujeitos que a constitui como os negros, índios, quilombolas, brancos, pardos e etc. Esses/as jovens negros têm já uma história e precisam se reconhecer como protagonistas e sujeitos de sua trajetória, e a escola necessita respeitar e ouvir o que eles/as desejam, chamá-los(as) e entendê-los(as) como parceiros(as) na construção das práticas pedagógicas. Para que juntos possam construir uma escola democrática e emancipatória e uma sociedade justa e igualitária, que possibilite o exercício pleno da cidadania dos diferentes indivíduos que compõe os diversos grupos étnico-raciais. Por isso,

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, [...]. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

Logo, resgatar a história e cultura afro-brasileira e africana não contribui apenas para o reconhecimento e a visibilidade dessas em nossa sociedade, mas também é uma questão de empoderamento social desses grupos considerados inferiores e marginalizados. Os quais, do mesmo modo que o branco evidenciado, como principal sujeito histórico construtor dessa conjuntura atual, o negro também é um ser primordial na formação cultural, étnica e socioeconômica de nosso país. Por isso, não interessa apenas aos indivíduos considerados

aqui como protagonistas (negros, índios, quilombolas etc..), mas ao branco também conhecer ou recontar essa trajetória em outra concepção, diferente daquela que estamos habituados a aprender em nossas escolas. E, deixando de lado o preconceito e a negação da realidade da existência do outro.

Por isso, ressaltamos que a história e cultura negra estão na escola pela presença dos jovens estudantes negros que lá se encontram, mas não devidamente valorizados dentro dos projetos pedagógicos, currículos ou materiais didáticos, de forma contextualizada, explícita e intencional. Assim, para conhecer mais e melhor esses estudantes, essas instituições devem atentar para as culturas juvenis que aglutinam uma gama de atitudes e atividades desenvolvidas e valorizadas por essa faixa etária, nos quais serão os futuros cidadãos, educadores e afins de nossa nação. Jovens que através de uma formação educacional e social sejam capazes de trilhar e escrever uma nova história, diferente dessa que contamos até os dias atuais, marcada por inúmeras palavras negativas.

1.5 Marco Legal

A Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial da Educação Básica. A referida lei é resultado da reformulação da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual passa a ser vigorada acrescida dos artigos 26-A, 79-A e 79-B. A aprovação dessa lei é considerada como um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois, abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos resultantes do racismo e de discriminação racial. Assim, de acordo com o documento:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras (BRASIL, 2004, p.35).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no decorrer de seu relatório, apontam medidas e determinações institucionais e pedagógicas a serem tomadas para

cumprimento da lei em vigor nos sistemas de ensino e nos estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis desde Educação Infantil até a Educação Superior, inclusive na Educação Média. Nosso enfoque será sobre as práticas pedagógicas que podem ser desenvolvidas no Ensino Médio, a partir do cumprimento da Lei 10.639/03.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para desenvolvermos a referida pesquisa, partimos da definição do objeto de estudo através de uma questão problema que necessitou ser investigada e analisada dentro de um contexto. Este nos apresentou alguns resultados, e para chegarmos a esses resultados, foram definidos os procedimentos teórico-metodológicos que serão apresentados a seguir.

Em nosso estudo adotamos a abordagem qualitativa, pois essa, segundo Minayo (2009), apresenta uma possibilidade de aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, que é o nosso o objeto de pesquisa. Além de propiciar uma compreensão sobre esse objeto, partindo da realidade presente no campo e os sujeitos que lá se encontram.

2.1 Tipo (ou finalidade) do Estudo

Com base nesta abordagem qualitativa, a pesquisa foi do tipo exploratória, pois, na fase inicial de nossa pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico sobre resultados de produções acadêmicas referentes ao tema/objeto dessa pesquisa em questão, ou seja, realizou-se um “estudo da arte” sobre este, anterior a construção da problemática a ser desenvolvida. E, também como proposto em um dos nossos objetivos, que é necessário elencar os principais fundamentos do debate da educação das relações étnico-raciais, que podem ser trabalhados na sala de aula. Desta forma, a pesquisa exploratória “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto” (SEVERINO, 2007, p. 123).

Nossa pesquisa também se caracteriza como do tipo explicativa, pois, segundo Severino (2007), essa além de registrar e analisar os fenômenos ocorridos no campo em estudo procura identificar as causas deste por meio das atividades de interpretação realizada a partir dos métodos oriundos da abordagem qualitativa.

2.2 Método da Pesquisa

A pesquisa abordou em seu desenvolvimento como método de pesquisa utilizado, o método do caso alargado. Este como afirma Santos (1983, p. 03):

Opõe-se à generalização positivista, pela quantidade e pela uniformização, a generalização pela quantidade e pela exemplaridade. [...] A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem.

Assim, procuramos analisar o máximo de detalhes descritivos possíveis dentro da complexidade que o determinado caso apresentou, além de não isolar os fatos envolvidos no contexto de sentidos em que eles ocorrem. Ressaltamos que, ao utilizarmos esse método, pôde-se usufruir de diversos procedimentos e técnicas, como o uso da observação participante, entrevistas, análise documental entre outros. Esse método também apresenta uma estrutura analítica, ao qual utilizamos para descrever, interpretar e analisar os dados coletados.

2.3 Delimitação e local da pesquisa

A referida atividade desenvolvida caracteriza-se como uma pesquisa de campo (empírica), onde “o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio” (SEVERINO, 2007, p. 123). A pesquisa de campo também permite que o pesquisador realize as coletas de dados “nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem” (2017, p. 123). Neste caso nosso objeto foi analisado no contexto de uma escola pública, da rede estadual de ensino no município de Altinho/PE.

Nossos sujeitos analisados encontram-se localizados neste recinto, devido ao fato que nosso objetivo nos propôs, em especial, lidarmos com professores, estudantes e demais funcionários (gestor, coordenadora pedagógica) do Ensino Médio, para tanto, essa modalidade de ensino no município de Altinho/PE só é ofertado na rede estadual. Ressaltamos também que a escolha pelo Ensino Médio é decorrente da vivência de alguns momentos ao longo do curso por meio do Projeto de Extensão através do Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina, além de percebermos certa carência ao realizarmos o estado da arte com relação a trabalhos relacionados a temática da educação das relações étnico-raciais nesse nível de ensino.

2.4 Fontes de Informação

Nessa atividade de pesquisa destacamos um dado importante que é a coleta de dados a partir da aproximação com o campo em análise. Assim relatamos que nossos dados foram decorrentes do contato com o próprio campo empírico, no caso a escola, os sujeitos que lá se encontram mais precisamente estudantes e professores do Ensino Médio. Destacamos que, com relação aos professores, nosso contato deu-se mais com os professores de História, Geografia, História da Arte, Direitos Humanos e Língua Portuguesa, devido a aproximação mais aprofundada com nosso objeto de estudo.

2.5 Técnicas de Coleta

Para realizar a referida pesquisa e alcançar nossos objetivos propostos como: sistematizar as principais percepções dos estudantes do Ensino Médio sobre a questão do racismo, além de identificar as principais percepções dos professores sobre a Lei 10.639/2003 e o trabalho pedagógico que pode ser realizado decorrente dessa lei, foi necessário utilizarmos alguns procedimentos técnicos que nos possibilitaram a coleta dos dados a partir desses fins indicados em nossa pesquisa. Desta forma, fizemos uso da observação participante, pois nos proporcionou um contato mais direto com o objeto e os participantes da pesquisa, a partir da compreensão da própria realidade na qual estão inseridos. Assim, de acordo com Minayo, “a observação participante, portanto, ajuda a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e as regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados” (2009, p. 71).

Desse modo, por meio da observação, foram realizados os registros de campo do que se foi observado sobre o objeto analisado, além das conversas informais com os sujeitos, de maneira a contribuir ainda mais para o alcance dos resultados encontrados para nossa problemática de pesquisa. Analisamos também a Matriz Curricular anual das disciplinas citadas anteriormente.

Outro procedimento de coleta utilizado foi a aplicação de questionários com alguns professores, mais especificamente 5 (cinco) educadores das disciplinas de História, Geografia, Artes, Educação e Direitos Humanos e Língua Portuguesa e com uma turma de estudantes do 3º ano do Ensino Médio, composta por 22 (vinte e dois) educandos. O questionário caracteriza-se como um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo” (SEVERINO, 1941, p. 125). As referidas questões contemplam conhecimentos a partir das especificidades e respectivos papéis ocupados no campo analisado.

2.6 Registro de Campo

Nosso trabalho de observação em campo contou com os registros feitos a partir do que se foi observado e analisado durante o tempo da pesquisa, cerca de três meses. Assim, utilizamos o diário de campo no intuito de anotarmos os registros, e para nos auxiliar no momento em que se precisou voltar aos escritos dos ocorridos no campo. Pois, “o diário de

campo, como o próprio nome já diz, é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que está sendo realizado” (MINAYO, 2009, p. 71).

2.7 Análise e sistematização dos dados

Sobre nossa análise e sistematização dos dados, utilizamos o Método do Caso Alargado (Santos, 1983), pois esse serviu como elemento norteador para a realização das análises, visto que este, por si só, carrega consigo um caráter analítico. Apresentando uma estrutura analítica, ao qual utilizamos para descrever, interpretar e analisar os dados coletados a partir da observação participante, do questionário e da análise da Matriz Curricular.

3 O CASO DA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DE ALTINHO/PE

Desenvolvemos nossa pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso a partir de um estudo realizado em uma Escola de Referência em Ensino Médio da rede estadual de ensino no município de Altinho/PE. Optamos por este campo devido a referida escola ser bem conceituada na cidade, quanto a qualidade da educação ofertada, e por apresentar resultados considerados satisfatórios nas avaliações externas do governo. É uma instituição que oferta apenas a modalidade de Ensino Médio em período integral.

A escola é considerada de grande porte, bem estruturada e definida, com relação ao espaço e suas repartições arejadas e adequadas para os estudantes, como também apresenta acessibilidade para as pessoas com deficiência. Contêm salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, secretaria, diretoria, sala dos professores, cozinha, refeitório, quadra esportiva, banheiros para os estudantes e professores, além de outros ambientes. Além disso, é constituída por um contexto que contempla nosso enfoque e objeto investigado neste estudo de caso. Desse modo, iremos tecer comentários acerca de aspectos e elementos encontrados a partir dos nossos participantes de pesquisa, juntamente ao cenário conceitual ao qual nos embasamos para fundamentar nossa discussão teórica.

3.1 Educação das Relações Étnico-Raciais

A Educação das relações étnico-raciais apresenta como proposta a desnaturalização dos conceitos e relações construídas sobre o *outro*³, a partir de uma perspectiva de inferiorização e da imposição de estereótipos historicamente estabelecidos e utilizados por grupos étnicos denominados superiores. Para compreendemos a origem dessa naturalização da inferiorização do *outro*, a qual é resultado de um processo de colonização que resiste até os dias de hoje, onde se classificam os sujeitos em grupos sociais hierarquizados, é necessário entender o conceito e a diferença existentes no uso dos termos “raça” e “etnia”.

Baseado na discussão iniciada em nossa fundamentação teórica sobre os conceitos de raça e etnia, destacamos que o termo raça é utilizado para determinar as características físicas e biológicas, além de influenciar o lugar social do sujeito dentro da sociedade. Sendo assim, a ideia de raça, em nosso continente, consistiu-se na maneira a qual os colonizadores usufruíram dessa para legitimar as relações de dominação e superioridade sobre as classes inferiores como os índios e os negros, reforçando, desta forma, as desigualdades entre os

³ Grifo nosso.

grupos sociais. Já o termo etnia representa os elementos históricos e culturais que caracterizam determinados grupos uns dos outros. Portanto, o emprego do termo etnia, na expressão étnico-racial, serve para marcar essas relações socioculturais diante das diferenças físicas e culturais, além dos valores e princípios de cada grupo. De tal modo, é nessa perceptiva de conceituação que alguns educandos definem o termo “grupos étnico raciais” ao afirmarem que

São grupos de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas como tal, com base em semelhanças não apenas biológicas, mas culturais a partir de elementos como religiões, vestimentas, danças, músicas e etc. Esses diversos grupos de indivíduos como negros, indígenas, brancos entre outros constituem nossa sociedade brasileira (ESTUDANTE A e B, Questionário: 19/05/2016).

Entretanto, a mudança de termos e o emprego do étnico-racial não erradica as práticas racistas em nosso cotidiano, muito menos a utilização do conceito de raça como categoria de classificação hierárquica entre os diversos grupos sociais existentes em nosso meio, uma vez que, infelizmente, ainda ouvimos em certos discursos que “nossa sociedade é constituída por diferentes tipos de raças de pessoas, com diferentes características que convivem em um mesmo contexto social” (ESTUDANTE C, Questionário 19/05/2016).

Os sujeitos que compõe a gestão, mais especificamente o gestor e a coordenadora pedagógica, ressaltaram conhecimento sobre a educação para as relações étnico-raciais, pois segundo o gestor da escola, a temática é abordada na escola e os professores que lá atuam dialogam sobre a mesma em suas aulas. A coordenadora pedagógica relatou-nos sobre o recebimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. De acordo com a professora das disciplinas de Direitos Humanos e História da Arte, em um dos momentos que estivemos em sala de aula, a mesma destacou que estava recolhendo uma pesquisa (atividade extraclasse) sobre as relações étnico-raciais. Para tanto ao indagarmos os demais professores se realmente a instituição abre espaço para a discussão que envolve a temática a partir da existência da Lei 10.639/03 em vigor, os mesmos afirmam que a instituição contempla a discussão e deixa a critério do professor a abordagem dessa em sua disciplina.

3.2 Escola e racismo

O contexto escolar é um espaço de formação educacional e social do sujeito, e para tanto, também é lugar de diálogo sobre determinadas questões como o racismo. Em um ambiente no qual se faz presente a convivência entre diversos grupos étnico-raciais, se faz

necessário o reconhecimento e o respeito à diversidade que nesse se encontra. Porém, em sua maioria, ainda é evidenciada a existência da intolerância com a diferença que o outro apresenta por meio de atitudes e práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias. O racismo entendido como “convicção sobre a superioridade de determinadas raças” (ESTUDANTE B, Questionários: 19/05/2016), está fortemente presente nas escolas de forma invisível ou camuflado por meio da negação de sua existência.

Os educandos, em sua maioria, consideram o racismo como um ato de extremo preconceito e discriminação contra indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos, no qual se estabelece uma hierarquia social a partir da determinação de sua raça. As práticas racistas podem gerar ações e consequências graves ao sujeito, por meio da inferiorização do outro, e “através de ofensas e atitudes negativas contra a vítima por meio de apelidos, insultos e menosprezo. Não respeitando nem aceitando a cor ou a raça do outro” (ESTUDANTE D, Questionário: 19/05/2016). Sabemos que a escola sozinha não consegue erradicar as diversas práticas racistas, mas ao discutir e introduzir certos conhecimentos e atitudes em suas práticas diárias junto aos estudantes, esta pode contribuir de maneira significativa para exclusão desse crime em nosso meio social. Pois,

A escola é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afeto, enfim é onde o ser humano, sem deixar de ser o que é, se molda de acordo com sua sociedade, mas ela ainda não contempla um trabalho equilibrado envolvendo todas as culturas (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA, Questionário:18/05/2016)

Muito embora, em sua maioria, as escolas apresentem um discurso no qual nega-se a existência de práticas racistas afirmando muitas vezes que “nessa escola não evidenciamos situações ou atitudes racistas entre os funcionários ou alunos” (COORDENADORA, Diário de campo: 07/04/2016). Mas, a Professora de Direitos Humanos e História da Arte, destaca em sua fala que “Vivemos em processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais, que legitimam, cotidianamente, procedimentos discriminatórios, nos quais podemos perceber em nossa escola através da utilização de nomes pejorativos entre os estudantes” (Questionário: 18/05/2016). Podemos reafirmar esta fala ao observarmos alguns momentos em que determinados estudantes, ao conversarem entre si, utilizam-se de palavras pejorativas ao se referirem ao outro colega, embora considerem ou recebam a nomeação de uma brincadeira, não deixa de ser uma expressão racista ou preconceituosa, na qual apresenta características ofensivas e discriminatórias contra o outro.

Os estudantes em sua maioria dizem não terem sido vítimas do racismo, mas conhecem alguém que já tenha sido vitimizada por essa prática. Estes mesmos sujeitos afirmam-se não-racistas em seu cotidiano e não apontaram ou se negaram a citar algumas palavras ou piadas ditas racistas. Ao perguntarmos se já tinham presenciado alguma situação de racismo as respostas se dividiram, pois metade da turma afirmou que sim, que já haviam presenciado alguma situação do tipo; enquanto a outra metade disse que não, que nunca presenciaram situações consideradas racistas. Porém, não podemos desconsiderar os demais sujeitos que alegaram já terem sido vítimas do racismo e que conhecem pessoas as quais foram também vítimas de atos racistas, inclusive dois dos estudantes citam ter ocorrido na escola, por meio de piadinhas de mau gosto. Outros destacam que, em algum momento, já foram racistas e conhecem piadas ou palavras consideradas racistas como “macaco preto” (ESTUDANTE A, D e F, Questionário: 19/05/2016), “negrinha e tição” (ESTUDANTE B, C e E, Questionário: 19/05/2016), como também “porco preto, galinha preta e chocolate preto” (ESTUDANTE G, H e I, Questionário: 19/05/2016) entre outras. Alguns estudantes, por meio de conversas informais, afirmam que estas palavras são pronunciadas diariamente no espaço escolar, às vezes como brincadeiras, mas também de maneira agressiva contra o colega.

Os sujeitos descrevem ainda algumas cenas e atitudes racistas, dentre elas: “Um homem maltratou um menino negro na rua chamando-o de macaco preto” (ESTUDANTE A, Questionário: 19/05/2016); “Estava na casa de uma amiga quando chegou uma menina de cor escura perguntando pela mãe dela e minha amiga respondeu que a mãe não falava com negros” (ESTUDANTE C, Questionário: 19/05/2016); “Em um jogo de futebol um colega chamou o outro de macaco preto porque ele não conseguiu fazer um gol” (ESTUDANTE D, Questionário: 19/05/2016); “Eu estava com uma colega em frente à minha casa, esta pessoas que estava comigo é morena, quando passou um menino próximo a nós e disse: Olá (falando meu nome) e ao falar com ela disse: Olá negra preta deformada” (ESTUDANTE G, Questionário: 19/05/2016).

Ao observarmos o momento destinado ao intervalo entre as aulas, pudemos perceber que os estudantes estão sempre divididos em grupos de amigos, que se caracterizam pela conjuntura de sujeitos parecidos fisicamente pela cor da pele, tipo do cabelo e etc. São frequentes os momentos em que os grupos de estudantes brancos estão separados do grupo de estudantes negros, como também existem os grupos mistos⁴ compostos pela diversidade

⁴ Esses grupos mistos são compostos em sua maioria por estudantes brancos, morenos ou índios ocidentais.

étnica dos sujeitos. A coordenadora diz que “os alunos se integram de maneira respeitosa uns com os outros, não há divisão entre eles devido elementos como cor da pele, mais por proximidade ou amizades” (COORDENADORA, Diário de campo: 07/04/2016). A gestão da escola compreende a instituição como um lugar de convívio social onde busca-se sempre a harmonia e o respeito a diversidade.

Com relação ao ambiente escolar, percebemos a presença forte de aspectos religiosos como imagens bíblicas, crucifixos na biblioteca e a imagem de uma santa na recepção da escola. Nos cartazes sempre prevalece a existência de sujeitos brancos, e quando aparecem sujeitos outros, como um negro ou índio, é sempre um no meio dos demais brancos.

3.3 A Lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico

A luta e militância do Movimento Negro e demais grupos da sociedade civil em geral, resultou na conquista da sanção da Lei Federal nº 10.639/2003, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial da Educação Básica brasileira. Para tanto, é necessário que se reconheça a existência desta nos espaços escolares, e que, de fato, seja vivenciada a proposta de ensino desenvolvida por meio de uma prática pedagógica pautada nos elementos que nela constam legalmente.

Sobre a vivência da Lei 10.639/03 na formação dos professores analisados em nossa pesquisa, todos afirmaram que não estudaram sobre esta em sua formação acadêmica e que não participaram de nenhuma formação continuada oferecida pela escola ou pela rede estadual de educação. Porém, alguns profissionais destacaram a busca pelo aperfeiçoamento por conta própria, a partir da necessidade de se aprimorar sobre determinadas temáticas, inclusive esta sobre as relações étnico-raciais e afins. A professora de História destacou a realização de um curso de extensão sobre a cultura africana, cursado à distância pela internet. Enquanto a docente da disciplina de Direitos Humanos e História da Arte cursou alguns minicursos ofertados por uma faculdade que frequenta regularmente.

Os professores da instituição destacaram em seus relatos, com relação ao reconhecimento da existência da Lei 10.639/03 e a concordância desta na prática docente de cada professor, algumas opiniões, tais como:

Sim, devemos realmente trabalhar a cultura africana, povos que tiveram sua história marcada por injustiças e discriminação. Essa lei leva-nos a mostrar a importância da cultura dos africanos aos nossos estudantes levando-os a serem pessoas sem preconceitos (PROFESSORA DE HISTÓRIA, Questionário: 18/05/2016).

Além de destacarem também que a lei

[...] propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula. [...] Considero um avanço legal, já que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana sempre foi lembrada nas aulas com o tema da escravidão (PROFESSORA DE DIREITOS HUMANOS E HISTÓRIA DA ARTE, Questionário: 18/05/2016).

Os participantes afirmam a relevância desta em sala de aula a partir de sua abordagem nos currículos nacionais, pois, de acordo com esta professora, “possuímos uma cultura afro-brasileira que faz parte da nossa raiz histórica e que não pode ser afastada do sistema educacional brasileiro” (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA, Questionário: 18/05/2016). Porém, apenas o reconhecimento da lei pela escola e por seus funcionários não é suficiente para que de fato a instituição possa realizar um trabalho pedagógico exitoso, produtivo e reflexivo com seus educandos. Faz-se necessário também que a escola abra espaços para que estes professores possam trabalhar pedagogicamente, de acordo com o contexto e os sujeitos envolvidos. Os professores destacaram que a referida escola posiciona-se de maneira favorável para que possam trabalhar da maneira mais adequada possível a sua disciplina ministrada.

Quanto à maneira como cada docente faz uso dessa lei ou como aborda seus conteúdos em sala de aula, os mesmos ressaltaram que “realizamos seminários levando o educando pesquisar sobre o conteúdo, observando as principais características da sociedade africana” (PROFESSORA DE HISTÓRIA, Questionário: 18/05/2016). Como também “propondo atividades ou estratégias de ação que viabilizem o incremento da cultura afro-brasileira em sala de aula. (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA, Questionário: 18/05/2016). E ainda “Nos debates, produções textuais e nas análises literárias” (PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, Questionário: 18/05/2016). Além de “discussões que envolvem os aspectos históricos referentes a participação dos negros na construção de nossa sociedade” (PROFESSORA DE GEOGRAFIA, Questionário: 18/05/2016). Para o desenvolvimento das aulas contemplando esses temas, é interessante pensar na utilização de recursos como o livro didático, mesmo que este nem sempre contemple determinados assuntos direta ou indiretamente. Desta forma, os professores relatam que nem sempre o livro didático é suficiente para trabalhar esses conteúdos, pois precisa-se ampliar os recursos utilizados como o uso de outros livros didáticos ou paradidáticos, disponibilizados ou não pela escola, e a pesquisa em sites na internet.

3.4 Ensino Médio

O Ensino Médio apresenta um contexto de jovens estudantes que se preparam para ingressar no Ensino Superior, como também para o mercado de trabalho, embora alguns já estejam inseridos neste cenário. Há de se considerar também que nesta, etapa da vida educacional, existem aqueles estudantes que não conseguem dar continuidade aos estudos por questões socioeconômicas. Após essa fase de conclusão, considerada a etapa final de uma educação de caráter geral, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, as possibilidades e oportunidades de percursos aos quais esse sujeito irá seguir são inúmeras. Contudo, esses trajetos são determinados, em sua maioria, a partir da condição social do sujeito, do grupo étnico-racial ao qual o mesmo é pertencente, como podemos destacar em alguns relatos obtidos por meio de conversas informais com alguns educandos, ao dizerem que

“quando eu concluir o Ensino Médio vou colocar currículo em uma agência de emprego, pois preciso de dinheiro para sustentar-me e depois pagar minha faculdade. Meus pais não tem condição de pagar o curso que quero estudar, porque ele é caro” (ESTUDANTE E, Diário de campo, 07/04/2016).

Ao nos referirmos sobre a evasão escolar e a forma como esta se caracteriza enquanto um dos problemas que nossa educação pública enfrenta em âmbito nacional, de acordo com a gestão da escola, a mesma não enfrenta problemas com esse elemento, pois, “os alunos que aqui ingressam tendem a concluir o Ensino Médio completo, alguns têm repetências, mas sempre saem formados” (GESTOR, Diário de campo, 13/04/2016). A gestão ressalta ainda que sempre tenta solucionar determinadas dificuldades da melhor maneira possível, para que não se chegue a essa situação de abandono dos estudos, e um dos caminhos é manter o diálogo e a parceria entre os estudantes e as famílias, como também o respeito à pluralidade de crenças e valores, tratando todos de maneira igualitária independente do gênero ou de sua origem social, cultural e econômica, visando assim manter a boa convivência no ambiente escolar.

Ressaltamos que a aprovação da Lei 10.639/03 tende a contribuir na construção de novas perspectivas no combate a essas desigualdades que cercam esse contexto, além do racismo e de práticas preconceituosas e discriminatórias. Tende a levar aos currículos a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana, além do reconhecimento e a afirmação da identidade negra, a qual, nesta fase, os jovens encontram-se em construção de sua identidade étnica e cultural. Ao analisar a Matriz Curricular anual da instituição, podemos

destacar que um dos objetivos do ensino de História é compreender os elementos econômicos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros enquanto sujeitos sociais que interagem a partir de sua condição de gênero, raça e etnia.

Caracterizam-se também enquanto objetivos desta Matriz o reconhecimento e a valorização da cultura desses jovens que se encontram no espaço escolar, cultura essa que se caracteriza através de manifestações visíveis nesses espaços, porém não reconhecidas em alguns casos como conteúdo ou conhecimentos válidos cientificamente. Porém, não é caso dessa instituição que apresenta em sua Matriz Curricular assuntos como: Diversidade Religiosa; Diversidade Étnico-racial; Diversidade cultural: Dança, Teatro e Música; Religiosidade Afro-brasileira (sociedades tribais africanas); Resgate da identidade cultural; Povos e etnia; Dança: rituais tribais (tribos pernambucanas); Arte primitiva Africana: história, dança, religião e etc.; Contos africanos, Panorama das literaturas africanas de Língua Portuguesa: Literaturas africanas – reconstrução de identidades, entre outros conteúdos propostos em disciplinas como História, Artes e Língua Portuguesa, tendo como habilidades propostas: analisar, refletir, representar e preservar as diversas manifestações de arte em suas múltiplas funções utilizadas por diferentes grupos sociais e étnicos.

Ainda segundo os professores dessa escola “é importante introduzir em nosso currículo o estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, faz com que nossos estudantes tenham uma visão ampla e sem preconceitos da civilização africana” (PROFESSORA DE HISTÓRIA, Questionário: 18/05/2016). Além de “discutir sobre a vivência social e cultural de um povo que trouxe grandes contribuições para a história de nossa nação” (PROFESSORA DE GEOGRAFIA, Questionário: 18/05/2016). Portanto, “faz-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira” (PROFESSORA DE DIREITOS HUMANOS E HISTÓRIA DA ARTE, Questionário: 18/05/2016), contribuindo assim para que esses jovens conheçam as suas raízes histórico-culturais e dos demais colegas, reconhecendo-se assim como protagonistas da formação social de nosso país.

Ao indagarmos os estudantes sobre a importância de estudar a História e Cultura Africana e Afro-brasileira os mesmos destacaram que é interessante compreender as lutas do movimento negro pela igualdade social e racial no país, estudando as histórias de nossos ancestrais, descendentes de povos africanos, conhecendo sua cultura e costumes que

influenciaram a cultura brasileira, pois, não tem como falar da cultura popular brasileira e não nos remeter a história e cultura africana.

4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nessa etapa do trabalho apresentamos uma discussão de acordo com nossas categorias temáticas a partir do diálogo com os teóricos e os sujeitos do campo de estudo, tecendo nossas análises e construindo novos conhecimentos.

CATEGORIAS DE ESTUDO	DIALOGANDO COM OS TEÓRICOS	DIALOGANDO COM OS SUJEITOS	SÍNTESE
<p>EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</p>	<p>O termo raça, segundo Quijano (2005), foi utilizado para determinar as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. Assim, em nosso continente a ideia de raça consistiu-se na maneira a qual os colonizadores usufruíram dessa, para legitimar as relações de dominação e superioridade sobre as classes inferiores como os índios e os negros.</p> <p>“[...] o uso do termo “etnia” ganhou força para se identificar a diversidade dos povos índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que esses grupos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais, mas, sim, por processos históricos culturais”</p>	<p>Os educandos definem o termo grupos étnico-raciais como:</p> <p>“São grupos de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas como tal, com base em semelhanças não apenas biológicas, mas culturais a partir de elementos como religiões, vestimentas, danças, músicas e etc. Esses diversos grupos de indivíduos como negros, indígenas, brancos entre outros constituem nossa sociedade brasileira”.</p> <p>(ESTUDANTE A e B, Questionário: 19/05/2016)</p> <p>“Nossa sociedade é constituída por diferentes tipos de raças de pessoas, com diferentes características que convivem em um mesmo contexto social”</p> <p>(ESTUDANTE C,</p>	<p>Percebemos que o uso do termo raça para diferenciar ou caracterizar um grupo social do outro ainda é utilizado nos discursos de alguns estudantes, porém temos também falas que levam em consideração o conceito de etnia ao se referir aos grupos étnico-raciais.</p> <p>Mas, apesar de ainda estarem, em sua maioria, presos ao o discurso de raças, começam a se aprimorar da discussão de etnia, realizando uma junção de ambos os termos em suas falas.</p>

	(GOMES; MUNANGA 2006, p. 177).	Questionário 19/05/2016).	
ESCOLA E RACISMO	<p>“O racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros [...]” (SANTOS, 1984, p. 11).</p> <p>“A educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados” (MUNANGA, 2005, p. 17).</p>	<p>“Convicção sobre a superioridade de determinadas raças” (ESTUDANTE B, Questionário: 19/05/2016).</p> <p>“Através de ofensas e atitudes negativas contra a vítima por meio de apelidos, insultos e menosprezo. Não respeitando nem aceitando a cor ou a raça do outro” (ESTUDANTE D, Questionário: 19/05/2016).</p> <p>“Vivemos em processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais, que legitimam, cotidianamente, procedimentos discriminatórios. Nos quais podemos perceber em nossa escola através da utilização de nomes pejorativos entre os estudantes” (DIREITOS HUMANOS E HISTÓRIA DA ARTE, Questionário: 18/05/2016).</p>	Há, por parte de alguns estudantes e por certos funcionários, o reconhecimento da presença do racismo na escola. Uma vez que se compreende o que é o racismo, suas práticas e consequências. Como também veem a escola como espaço de dialogar sobre essa questão e de buscar meios de se eliminar essas práticas.

<p>A LEI 10.639/03 E O TRABALHO PEDAGÓGICO</p>	<p>“Mesmo que tais organizações da sociedade civil tenham patrocinado um avanço em alguns pontos sobre a questão, ainda tem-se muito a fazer, principalmente no cotidiano do espaço escolar. É urgente diminuir a distância que ainda existe entre as postulações dos documentos pedagógicos e legais sobre o tema e o fazer pedagógico diário” (ROCHA, 2009, p. 10).</p> <p>“Os conteúdos disciplinares poderão contribuir para a desconstrução de equívocos e preenchimento das lacunas deixadas pela historiografia oficial quanto a trajetória histórica do povo negro no Brasil, como também quanto aos povos africanos, aos quais nós, brasileiros, estamos ligados pelos laços da história e da ancestralidade” (ROCHA, 2009, p. 24).</p>	<p>“A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula. [...] Considero um avanço legal, já que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana sempre foi lembrada nas aulas com o tema da escravidão” (PROFESSORA DE DIREITOS HUMANOS E HISTÓRIA DA ARTE, Questionário: 18/95/2016).</p> <p>“Sim, devemos realmente trabalhar a cultura africana, povos que tiveram sua história marcada por injustiças e discriminação. Essa lei leva-nos a mostrar a importância da cultura dos africanos aos nossos estudantes, levando-os a serem pessoas sem preconceitos”. (PROFESSORA DE HISTÓRIA, Questionário: 18/05/2016).</p>	<p>Entendemos que a escola reconhece a necessidade de se discutir esses conteúdos em sala de aula, dando os primeiros passos para introduzir em seu currículo o trabalho pedagógico proposto a partir da Lei 10.639/03.</p>
---	--	---	---

ENSINO MÉDIO	<p>“O cotidiano escolar do Ensino Médio como um espaço de fazer coletivo, no qual todos os agentes escolares que integram e fazem o cotidiano escolar se reconhecem e agem como sujeitos co-responsáveis pela sustentação de uma escola para todas as pessoas, voltada para a igualdade das relações étnico-raciais e o exercício da cidadania plena” (BRASIL, 2006, p. 82).</p>	<p>“Quando eu concluir o Ensino Médio vou colocar currículo em uma agência de emprego, pois preciso de dinheiro para mim sustentar e depois pagar minha faculdade. Meus pais não têm condição de pagar o curso que quero estudar, porque ele é caro” (ESTUDANTE E, Diário de campo, 07/04/2016).</p> <p>Segundo os estudantes é importante estudar a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, é interessante compreender as lutas do movimento negro pela igualdade social e racial no país, estudando as histórias de nossos ancestrais, descendentes de povos africanos, conhecendo sua cultura, costumes que influenciaram a cultura brasileira.</p>	<p>No Ensino Médio predomina uma perspectiva de ensino voltada para a preparação do estudante para o mercado de trabalho ou para o Ensino Superior. Essa etapa de ensino deve considerar elementos fundamentais na formação desses jovens, como o reconhecimento e a valorização da cultura, além da construção da identidade e o exercício da cidadania.</p>
---------------------	--	---	---

4.1 Educação das Relações Étnico-Raciais

Uma das discussões primordiais que envolvem as relações étnico-raciais são o uso e os conceitos dos termos raça e etnia. Segundo Quijano (2005) o termo raça foi utilizado para determinar as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. Percebemos que o uso do termo raça para diferenciar ou caracterizar um grupo social do outro, ainda é utilizado nos discursos de alguns estudantes como esse “nossa sociedade é constituída por diferentes tipos de raças de pessoas, com diferentes características que convivem em um mesmo

contexto social” (ESTUDANTE C, Questionário 19/05/2016). Destacamos ainda que os estudantes usufruem do conceito de raça para explicar a formação e a configuração da diversidade de povos existentes em nossa sociedade. Considerando, dessa maneira, apenas as características fenotípicas dos sujeitos para distinguir um grupo do outro, e reafirmando um conceito de desvalorização e não legitimação dos traços culturais, além dos elementos históricos e sociais que constituem um grupo étnico-racial.

Mas, não podemos deixar de ressaltar que encontramos discursos nos quais prevalece o conceito de etnia para se referir aos diversos grupos étnico-raciais que constituem nosso meio. Existem falas que levam em consideração este conceito, apesar de não cita o nome “etnia” em seus discursos. Compreendemos que, ao conceituar sobre a diversidade de grupos étnico-raciais que constituem a formação de nossa sociedade, alguns estudantes se apropriam do sentido do termo, como podemos ver nessa fala:

São grupos de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas como tal, com base em semelhanças não apenas biológicas, mas culturais a partir de elementos como religiões, vestimentas, danças, músicas e etc. Esses diversos grupos de indivíduos como negros, indígenas, brancos entre outros constituem nossa sociedade brasileira” (ESTUDANTE A e B, Questionário: 19/05/2016).

Ressaltemos assim que é evidente nos discursos dos estudantes, uma divergência ao se referir a utilização dos conceitos raça e etnia, pois, a maioria deles, ainda estão presos a ideia de raça que, historicamente, a escola reproduz por meio dos conhecimentos eurocêntricos, contudo nota-se uma aproximação da discussão de etnia.

A escola, por meio da gestão, afirma conhecimento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e que a referida temática é abordada na escola, pois os professores que lá atuam dialogam sobre a mesma em suas aulas. Desse modo, ressaltamos que o fato de reconhecer a existência das diretrizes e da temática das relações étnico-raciais, não significa abordar corretamente esta em sala de aula, uma vez que a mesma permite a abrangência de diversas questões envolvendo um mesmo contexto histórico-cultural, e como retratado na lei é primordial que compreenda a diferença entre os termos raça e etnia e o porquê da junção de ambos na expressão étnico-racial. Com isso, pretende-se que entenda a presença e a importância dessa educação para as relações étnico-raciais nos currículos escolares, na desconstrução daquilo que víamos como algo cultural e historicamente construído e reproduzido em nossa sociedade. Pois, essa educação apresenta como proposta a

desnaturalização dos conceitos e relações construídas sobre o outro, a partir de uma visão inferiorizada e estereotipada imposta por grupos étnicos denominados superiores.

4.2 Escola e racismo

A escola enquanto espaço de convivência entre os sujeitos advindos de diferentes grupos étnico-raciais também é lugar de discutir e reconhecer a existência de algumas práticas e ações que originam e caracteriza elementos como o racismo. De acordo com Santos “O racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros [...]” (1984, p.11), sendo assim a partir do processo de hierarquização entre os grupos considerados inferiores e superiores originam-se a prática racista.

Esse conceito de racismo é reafirmado no discurso dos estudantes ao ressaltarem que o racismo é a convicção da superioridade de um grupo étnico sobre outro ou de determinadas raças sobre as demais. É uma prática que se caracteriza “através de ofensas e atitudes negativas contra a vítima por meio de apelidos, insultos e menosprezo. Não respeitando nem aceitando a cor ou a raça do outro” (ESTUDANTE D, Questionário: 19/05/2016). Pois, ainda

[...] vivemos em processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais, que legitimam cotidianamente, procedimentos discriminatórios. Nos quais podemos perceber em nossa escola através da utilização de nomes pejorativos entre os estudantes (DIREITOS HUMANOS E HISTÓRIA DA ARTE, Questionário: 18/05/2016).

Percebemos que há por parte de alguns estudantes e por alguns professores o reconhecimento da presença do racismo na escola. Uma vez que se compreende o que é o racismo, o que caracteriza suas práticas e consequências desses no meio social e no sujeito em si. Como também, consideram a escola como espaço de dialogar sobre essa questão e de buscar meios de se eliminar essas práticas racistas. Porém, como sempre, a gestão nega a existência do racismo entre os indivíduos que lá convivem. A negação da existência desse elemento no espaço escolar contribui para a permanência do mesmo na convivência entre os sujeitos que constituem este recinto. Contribuindo dessa maneira para a reprodução da cultura racista que, historicamente, marca nossa sociedade. Portanto,

A educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados”. (MUNANGA, 2005, p. 17)

É necessário discutir sobre o racismo, suas formas, reações e afins, para que se possa conscientizar os estudantes sobre o reconhecimento do mesmo ou identificação ou não desse

no espaço escolar. Porém, para isso, é preciso que a escola inicialmente reconheça a presença desses atos (práticas racistas como crime) em seu ambiente, uma vez que, no discurso dos educandos, presenciamos relatos de práticas racistas como: “Estava na casa de uma amiga quando chegou uma menina de cor escura perguntando pela mãe dela e minha amiga respondeu que a mãe não falava com negros” (ESTUDANTE C, Questionário: 19/05/2016); “Em um jogo de futebol um colega chamou o outro de macaco preto porque ele não conseguiu fazer um gol” (ESTUDANTE D, Questionário: 19/05/2016), entre outros descritos. Além de palavras consideradas racistas, algumas pronunciadas entre os estudantes em diversos momentos, como as seguintes: “macaco preto” (ESTUDANTE A, D e F, Questionário: 19/05/2016); “negrinha e tição” (ESTUDANTE B, C e E, Questionário: 19/05/2016); “porco preto, galinha preta e chocolate preto” (ESTUDANTE G, H e I, Questionário: 19/05/2016) entre outras. Porém, para alguns professores e educandos essas palavras são consideradas brincadeiras entre amigos, sem nenhuma pretensão de ofensa, preconceito ou discriminação.

Considerar inofensivas determinadas ações que caracterizam as práticas racistas gera ações e consequências graves à vítima. Segundo Gomes (2005) o racismo manifesta-se através de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros, esses atos podem violentar ou agredir o sujeito de maneira verbal ou física. Como também pode gerar danos psicológicos, materiais ou até mesmo profissionais a depender da situação ou gravidade da ação racista sofrida. Apesar de alguns fatos relatados tenham sido ocorridos na escola, não podemos considerar que todos os citados aconteceram dentro do espaço escolar, como foi ressaltado nas falas de alguns sujeitos. Porém, é evidente a existência do racismo seja na escola ou nos demais espaços sociais, sendo assim, não se deve negar ou ignorar essas práticas racistas, mas discutir e tornar visível as consequências dessas no meio social. Tornando cientes que pode-se erradicá-las a partir da conscientização e da punição daqueles que as praticam.

4.3 A Lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico

A Lei nº 10.639/2013, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial da Educação Básica brasileira, existe e deve ser vivenciada nos currículos de ensino das escolas. Para tanto, é necessário o

planejamento e o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que reconheça e contemple a referida lei em sua estrutura de ensino. Por isso,

Mesmo que tais organizações da sociedade civil tenham patrocinado um avanço em alguns pontos sobre a questão, ainda tem-se muito a fazer, principalmente no cotidiano do espaço escolar. É urgente diminuir a distância que ainda existe entre as postulações dos documentos pedagógicos e legais sobre o tema e o fazer pedagógico diário (ROCHA, 2009, p. 10).

Para isso é importante que as instituições de ensino estejam preparadas e abertas para a implementação dessa lei em seus currículos e a materialização dessa nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas salas de aulas. Entendemos que a referida escola analisada reconhece a necessidade de se discutir esses conteúdos em sala de aula, dando os primeiros passos para introduzir em seu currículo o trabalho pedagógico proposto a partir da lei 10.639/03. Alguns professores destacam em seus relatos que a lei

[...] propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula. [...] Considero um avanço legal, já que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana sempre foi lembrada nas aulas com o tema da escravidão (PROFESSORA DE DIREITOS HUMANOS E HISTÓRIA DA ARTE, Questionário: 18/95/2016).

Além de destacarem que

Sim, devemos realmente trabalhar a cultura africana, povos que tiveram sua história marcada por injustiças e discriminação. Essa lei leva-nos a mostrar a importância da cultura dos africanos aos nossos estudantes levando-os a serem pessoas sem preconceitos (PROFESSORA DE HISTÓRIA, Questionário: 18/05/2016).

Para tanto, nessa mesma perspectiva, convergindo com o discurso dos sujeitos, ressaltamos que

Os conteúdos disciplinares poderão contribuir para a desconstrução de equívocos e preenchimento das lacunas deixadas pela historiografia oficial quanto a trajetória histórica do povo negro no Brasil, como também quanto aos povos africanos, aos quais nós, brasileiros, estamos ligados pelos laços da história e da ancestralidade (ROCHA, 2009, p. 24).

Percebemos que tanto os teóricos quanto os sujeitos desse estudo dialogam propondo um ensino que reconheça a História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Sabemos também que apenas a existência da lei não é suficiente para a efetivação dessa nas escolas, portanto, é preciso o conhecimento ou a busca sobre a temática por parte da instituição e dos profissionais em exercício, além da oferta de recursos e materiais que subsidiem o trabalho pedagógico por parte do sistema educacional de ensino.

Destacamos que um dos materiais mais utilizados nas escolas são os livros didáticos, mas, segundo os professores, esses nem sempre contemplam os assuntos que a referida lei propõe em sua estrutura legal. Dessa forma o livro didático, na maioria dos casos, não é suficiente para trabalhar esses conteúdos, pois precisam ampliar os recursos utilizados como o uso de outros livros didáticos ou paradidáticos, disponibilizados ou não pela escola e a realização de pesquisas em sites na internet. Outro elemento fundamental nesse trabalho pedagógico é como esses professores abordam a temática proposta pela Lei 10.639/03 e desenvolvem suas aulas a partir dos recursos didáticos disponibilizados e os conhecimentos docentes sobre os assuntos. Segundo os professores, a referida escola posiciona-se de maneira favorável para que possam trabalhar da forma mais adequada possível a sua disciplina. Os mesmos relatam algumas metodologias de ensino em nosso estudo de caso⁵.

Sabemos que a prática docente, ou seja, a forma como esses reconhecem, abordam e discutem sobre a temática em suas aulas, depende dos conhecimentos que trazem consigo, muitas vezes da sua formação acadêmica. Mas, nem sempre, os cursos de graduação contemplam a Lei 10.639/03 em seus currículos institucionais, sendo assim todos os professores afirmaram que não estudaram sobre esta em sua formação acadêmica e que não participaram de nenhuma formação continuada oferecida pela escola ou pela rede estadual de educação. Uma vez que os órgãos responsáveis pela Educação Básica em nosso país têm a responsabilidade de desenvolver formações continuadas ou possibilitar outros meios para que esses professores tenham a chance de se aprimorar sobre aquilo que necessitam em sua prática pedagógica. Alguns professores destacaram a busca pelo aperfeiçoamento por conta própria, a partir da necessidade de se aprimorar sobre determinadas temáticas, inclusive esta sobre as relações étnico-raciais e afins.

A partir do que encontramos e compreendemos mediante os relatos dos sujeitos sobre a Lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico que esta propõe, percebemos que a instituição encontra-se em uma das fases denominadas por Rocha (2009), na qual afirma que as escolas apresentam algumas fases⁶ diante da discussão Étnico-Racial e a História e Cultural Afro-brasileira e Africana em seu bojo pedagógico. Assim, destacamos que a escola analisada encontra-se na fase do reconhecimento, pois, nessa etapa a escola reconhece a necessidade de

⁵ Ver item 3.3 relatos de alguns professores sobre como abordam os conteúdos propostos pela Lei 10.639/03 na metodologia de ensino.

⁶ Ver item 1.3 as fases apontadas por Rocha (2009).

se discutir esses conteúdos em sala de aula, dando os primeiros passos para introduzir em seu currículo o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

4.4 Ensino Médio

O Ensino Médio é considerado a última etapa de ensino da educação em caráter geral, na qual apresenta como proposta não apenas o objetivo de formar educandos para o mundo do trabalho, mas como as demais fases da educação básica têm como finalidade a formação educacional, social e cultural desses sujeitos cidadãos, conscientizando-os de seus direitos e deveres, além de serem capazes de exercer a cidadania plena em sociedade. De acordo com a obra “As Orientação e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”

O cotidiano escolar do Ensino Médio como um espaço de fazer coletivo, no qual todos os agentes escolares que integram e fazem o cotidiano escolar se reconheçam e ajam como sujeitos co-responsáveis pela sustentação de uma escola para todas as pessoas, voltada para a igualdade das relações étnico-raciais e o exercício da cidadania plena (BRASIL, 2006, p. 82).

E, para tanto, sabemos que nosso meio social é pautado em desigualdades, por isso esse ensino necessita contemplar questões que empoderem os indivíduos oriundos dos grupos considerados inferiores, como os negros, indígenas, quilombolas, entre outros. Uma vez que esses grupos são os que mais sofrem com a falta de oportunidades, de políticas públicas e têm um elevado número de evasão escolar por diversos motivos associados a essas questões. E uma vez conscientizados e politizados através de um ensino que tenha como perspectiva a criticidade e a reflexão do meio e as condições que esse oferta aos seus integrantes, esses poderão reconhecer a disparidade e reivindicar pela igualdade entre as diversas esferas que compõe nossa sociedade.

Compreendemos que essa etapa de ensino também é vista como primordial para o ingresso ao ensino superior, pois é a que antecede e prepara os jovens para tal entrada na graduação e afins, já que essa é uma das finalidades dessa modalidade de ensino. Mas, nem todos os estudantes têm a mesma oportunidade de ascensão de imediato ao concluir o Ensino Médio, devido ao contexto de desigualdades ao qual estão submetidos, além daqueles em que esse acesso é totalmente negado. Por isso, ainda encontramos discursos como esse

Quando eu concluir o Ensino Médio vou colocar currículo em uma agência de emprego, pois preciso de dinheiro para mim sustentar e depois pagar minha faculdade. Meus pais não têm condição de pagar o curso que quero estudar, porque ele é caro (ESTUDANTE E, Diário de campo, 07/04/2016).

É importante atentarmos para o fato que esta etapa a qual esses estudantes se encontram nas salas de aula do Ensino Médio, não se constitui apenas num momento da vida de preparação para a fase adulta, e sim um tempo social, cultural e de construção de sua identidade. Por isso, a escola quanto espaço de formação precisa promover um ambiente onde as práticas pedagógicas possam ser desenvolvidas e trabalhadas na perspectiva de uma sala de aula multicultural, considerando a diversidade de sujeitos que a constitui. Esses/as jovens negros têm já uma história e uma identidade cultural, e precisam se reconhecer como protagonistas e sujeitos de sua trajetória.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, [...]. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

Ao indagarmos os estudantes⁷ sobre a importância de estudar a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana, os mesmos destacaram que é interessante compreender as lutas do movimento negro pela igualdade social e racial no país, estudando as histórias de nossos ancestrais, descendentes de povos africanos, conhecendo sua cultura e costumes que influenciaram a cultura brasileira, pois, não tem como falar da cultura popular brasileira e não nos remeter a história e cultura africana.

Percebemos que a escola contempla conteúdos em sua Matriz Curricular que reconhece e valoriza os diversos grupos étnico-raciais e as múltiplas manifestações culturais. Abordando assim assuntos que contempla a discussão sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Conteúdos esses vivenciados em sala de aula, tidos como importantes, de acordo com os professores, para a formação dos estudantes, pois, “é importante introduzir em nosso currículo o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, faz com que nossos estudantes tenham uma visão ampla e sem preconceitos da civilização africana” (PROFESSORA DE HISTÓRIA, Questionário: 18/05/2016). Além de “discutir sobre a vivência social e cultural de um povo que trouxe grandes contribuições para a história de nossa nação” (PROFESSORA DE GEOGRAFIA, Questionário: 18/05/2016). Portanto, “faz-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira” (PROFESSORA DE DIREITOS HUMANOS E

⁷ Grupo de estudantes composto por jovens negros, brancos, indígenas, quilombolas entre outros.

HISTÓRIA DA ARTE, Questionário: 18/05/2016). Abordar essa história, na perspectiva da Lei 10.639/03, é recontá-la tendo como protagonista o sujeito negro, suas lutas e conquistas, além da contribuição primordial na formação cultural, econômica e social de nossa sociedade.

4.5 Tabela com os resultados coletados do questionário dos estudantes sobre o racismo.

Organizamos uma parte de nossos dados coletados em uma tabela, para melhor compreensão do caso. Apresentando assim, os resultados obtidos a partir das respostas dos estudantes sobre algumas questões referente ao racismo.

PERGUNTAS	RESPOSTAS/SUJEITOS	
	SIM	NÃO
1. Você já foi vítima do racismo?	7	15
2. Você conhece alguém vítima de práticas racistas?	12	10
3. Você já foi racista em algum momento de seu cotidiano?	6	16
4. Você conhece alguma piada ou palavra racista?	6	16
5. Você já presenciou alguma situação de racismo?	11	11

Ao questionarmos os estudantes sobre algumas questões que envolvem a temática do racismo, percebemos, a partir da concepção de racismo, que os mesmos apresentaram nas questões discursivas anteriores⁸, grande parte diz não ter sido vítima do racismo em nenhum momento de sua vida, mas um quantitativo relativo desses sujeitos conhecem alguém vitimizado por essa prática. A maioria se considera não racista em nenhum momento do seu cotidiano e desconhece ou nega-se a reconhecer palavras ou piadas ditas racistas. Apesar de, em nossas observações em campo, presenciarmos algumas situações onde foram pronunciadas pelos estudantes algumas palavras consideradas racistas.

Ao perguntamos ainda se já tinham presenciado alguma situação de racismo as respostas se dividiram, pois, metade da turma afirmou que sim, já presenciaram algumas

⁸ Ver item 3.2 o conceito de racismo apresentado pelos estudantes.

situações, enquanto a outra metade disse que não, nunca presenciaram nenhuma situação considerada racista. Porém, não podemos desconsiderar o restante dos sujeitos que alegaram já ter sido vítima, do racismo e que conhecem pessoas as quais foram também vítimas de atos racistas, inclusive dois dos estudantes citam situações ocorridas na escola por meio de palavras e piadinhas de mau gosto. Outros destacam que, em algum momento, já foi racista e/ou conhecem piadas ou palavras consideradas racistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido Trabalho de Conclusão de Curso buscou responder à seguinte questão problema: como a escola pública tem trabalhado pedagogicamente, no Ensino Médio, a questão das relações étnico-raciais com base na Lei 10.639/03? Retomada nesta etapa final do referido trabalho no intuito de concluirmos a pesquisa, respondendo nossos objetivos específicos a partir dos resultados obtidos, mediante o diálogo entre a discussão teórica e os sujeitos do campo de estudo.

Sendo assim, com relação ao primeiro objetivo específico elencamos como principais fundamentos do debate da educação das relações étnico-raciais, que podem ser trabalhados na sala de aula, a discussão dos termos raça e etnia a partir do uso dos conceitos e da significação histórica cultural que esses apresentam dentro de um contexto de colonização existente até os dias atuais. Além do porquê da junção de ambos os termos, resultando na palavra étnico-racial, sendo essa uma das questões mais ressaltadas na Lei 10.639/03 como marco primordial para se desmistificar e desnaturalizar a relação de superioridade/inferioridade de determinados grupos sociais sobre outros. Cabe pontuar também enquanto fundamento o reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais e identidades que influenciaram nossa formação histórica, cultural, social e econômica, tais como as manifestações oriundas dos povos africanos e afro-brasileiros. A discussão sobre o racismo também é um elemento presente em sala de aula, este tendo suas origens através da hierarquização dos grupos étnico-raciais. O conceito de racismo, suas práticas e consequências precisam ser reconhecidas e discutidas nos espaços escolares para que se possa ter conhecimento, além do processo de conscientização dos sujeitos sobre a temática.

Com relação ao segundo objetivo específico, sistematizamos como principais percepções dos estudantes do Ensino Médio, sobre a questão do racismo, o conceito de racismo apresentado pelos mesmos afirmando a superioridade de um grupo étnico-racial sobre o outro através de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas existentes nos diferentes ambientes sociais, inclusive na escola. Racismo esse negado por alguns sujeitos e denunciado por outros, pois, infelizmente, essa prática ainda é camuflada em alguns contextos. Porém, não podemos deixar de destacar que os estudantes apresentaram conhecimentos sobre o que é o racismo, o que caracteriza suas práticas, e, principalmente, suas consequências, apesar de percebermos que ainda é forte a concepção de que determinadas palavras ou atitudes racistas entre colegas sejam consideradas brincadeiras, que, por vezes, humilham, desrespeitam e agridem a identidade étnico-racial do outro.

E, por fim, referente ao terceiro objetivo específico, identificamos como principais percepções dos professores sobre a Lei 10.639/03 e o trabalho pedagógico que pode ser realizado decorrente dessa lei que tanto a gestão como os professores apresentam conhecimento sobre a existência da referida lei, como também destacam abordá-la em suas aulas, de maneira a reconhecer a importância de introduzir nos currículos escolares a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a partir de um trabalho pedagógico que reconheça e valorize esses conteúdos, os quais, aos poucos, estão sendo contemplados na Matriz Curricular da instituição. Estes conteúdos tendem a ressignificar a história dos povos africanos e afro-brasileiros por meio da desnaturalização da inferioridade que marca o processo histórico social desses sujeitos na sociedade.

Para tanto, com base no método do caso alargado, respondendo nossa problemática de pesquisa, percebemos que a escola pública, em especial, a Escola de Referência em Ensino Médio, reconhece e valoriza a existência, além da importância de considerar em seu trabalho pedagógico as relações étnico-raciais a partir da referida lei, abrindo espaços para que os professores possam contemplá-la em suas aulas, a partir dos conteúdos propostos por essa sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contidos na Matriz Curricular da instituição. Porém, percebemos que é preciso mais conhecimentos, formações continuadas e recursos didáticos sobre a temática para os professores, contribuindo assim no desenvolvimento de sua prática docente, como também mais ênfase desses conteúdos no currículo escolar. Reconhecer apenas que a lei existe não é suficiente para que de fato essa seja inserida nos ambientes escolares de maneira adequada e exitosa. Destacamos ainda que as escolas carecem de estar mais atentas a questão do racismo, uma vez que negá-lo não erradica essa prática do seu cotidiano, implicando na consciência de que esta instituição é responsável não apenas pela formação educacional do estudante, mas também social e cultural, além de contribuir na construção da identidade étnico-racial.

Concluimos ressaltando a importância e significado deste trabalho em nossa formação acadêmica, profissional e pessoal. A realização deste tende a contribuir ainda mais para nossa prática pedagógica enquanto educadora, além de conhecermos e aprendermos mais a fundo o cotidiano escolar e os sujeitos que o compõem por meio da aproximação com o campo de estudo, como também refletimos sobre temáticas tão presentes nesses espaços e que, por vezes, são desconsideradas por aqueles que lá se encontram. Destacamos ainda a experiência de se pesquisar e estudar sobre algo que nos desperta interesse e curiosidade, a buscar por respostas para questões que nos inquietam e nos levam a refletir e repensar determinadas ações, uma vez que a pesquisa é algo fundamental para a vida profissional dos educadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientação e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre Relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.23, pp. 75-85. ISSN 1809-449X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28ª ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: Edgardo Lander (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Pedagogia da Diferença.** Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** – 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE – NFD
CURSO PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
DOCENTE ORIENTADORA: ALLENE LAGE
DISCENTE: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DUARTE

QUESTIONÁRIO (Aluno)

1. O que você entende por relações étnico-raciais?

2. Durante sua trajetória escolar você já estudou algo sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Cite algum exemplo de conteúdo/assunto sobre esse tema.

3. Você reconhece aspectos da cultura africana ou afro-brasileira em seu dia a dia ou em seu contexto? Quais poderiam ser citados?

4. Para você é importante estudar a História e cultura Africana e Afro-brasileira? Por que?

5. O que é o racismo?

6. Você já foi vítima do racismo?

7. Você conhece alguém vítima de práticas racistas?

8. Você já foi racista em algum momento do seu cotidiano?

9. Você conhece alguma piada racista? Quais?

10. Você já presenciou alguma situação de racismo? Onde e como?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE – NFD
CURSO PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
DOCENTE ORIENTADORA: ALLENE LAGE
DISCENTE: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DUARTE

QUESTIONÁRIO (professores)

- Docente da disciplina: _____

1. Você tem conhecimento sobre a Lei 10.639/03? Concorda com ela? Sobre o que ela fala?

2. De que maneira você faz uso dessa lei em sala de aula, a partir dos conteúdos ressaltados na mesma?

3. A escola enquanto espaço de formação do educando e orientada por um sistema educacional e nacional de ensino, abre espaços para o professor trabalhar pedagogicamente da maneira mais adequada ao contexto ou impõe um modo padrão de tratar essas questões?

4. Os materiais didáticos disponíveis pelo sistema de ensino oferecem recursos para trabalhar essas questões e conteúdos em sala de aula?

5. Como ocorreu o processo de escolha dos livros didáticos utilizados pela escola?

6. Como docente qual a importância da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares do ensino Médio?

7. Durante sua formação acadêmica você estudou sobre Relações Étnico-Raciais, Racismos entre outras questões contempladas na lei 10.639/03? Já participou de alguma formação continuada com essas temáticas?

8. Esses conteúdos contribuem para a conscientização sobre a existência do racismo nos espaços sociais, como na própria escola. Justifique?

9. Você percebe alguma situação de racismo entre os alunos e alunas ou entre funcionários da escola?
